

**ATA DA 57ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS**

**HIDRICOS – CEHIDRO.**

3 Aos nove dias do mês de julho do ano de dois mil e quinze, às 9h 16min no Auditório do  
4 Parque Massairo Okamura ocorreu a 57ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de  
5 Recursos Hídricos – CEHIDRO, com a seguinte pauta: Apreciação da Ata da 56ª Reunião  
6 Ordinária; Informes; Posicionamento do CEHIDRO quanto ao of. 027/2015 do FONASC;  
7 Apreciação da atualização da Minuta de Alteração da Lei nº 6.945/97; Apresentação do  
8 cronograma de ações da CAB Cuiabá para o atendimento do contrato firmado junto a  
9 Prefeitura de Cuiabá; Assuntos Gerais. A reunião foi presidida pelo Secretário Executivo  
10 do CEHIDRO, Sr. Nédio Carlos Pinheiro, assessorado pela Sra. Sibelle Jakobi, Secretária  
11 do CEHIDRO e registrou a presença dos seguintes Conselheiros: Sra. Telma Luzia  
12 Monteiro, representante da SES; Sra. Fátima Aparecida da Silva Iocca, representante da  
13 UNEMAT; Sr. Rafael Pedrollo de Paes, representante da UFMG; Sra. Sara Sueli Atílio  
14 Caporossi, representante da ABES; Sr. José Roberto Ribeiro, representante da ABAS; Sr.  
15 Décio Eloi Siebert e Sra. Leonice de Souza Lotufo, representantes dos Comitês; Sr.  
16 Ricardo Bonara, representante da ARAGUAIA GERADORA DE ENERGIA; Sr. André Luis  
17 Sagiorato Marcon, representante da COMPANHIA MARANHENSE DE  
18 REFRIGERANTES; Sra. Alessandra Panizi de Souza, representante da FIEMT; Sr.  
19 Jolison José Fonseca, representante da VITÓRIA RÉGIA; Sra. Fabiana Luri Dias Doi  
20 Reguero, representante da AMAGGI; contando ainda com a presença de representantes  
21 de entidades suplentes, Sr. Pedro Geraldo Síviero e Sr. Eduardo leite de Barros Oliveira,  
22 representantes da GUARANTÁ; e Sra. Luciana Luzia Calçada Barreto, representando a  
23 CAB Cuiabá. A Reunião foi aberta pelo Secretário Executivo, que justificou a ausência da  
24 Presidente por ter retornado de viagem esta manhã e agradeceu a presença de todos.  
25 Em seguida passou ao primeiro ponto da pauta, colocando em apreciação a Ata da 56ª  
26 Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos Hídricos questionando se algum  
27 conselheiro teria alguma alteração a fazer, ninguém se manifestando a Presidente  
28 colocou em votação a Ata da 56ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual de Recursos  
29 Hídricos, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade à pauta, passou aos  
30 informes colocando aos conselheiros que no dia 20 de julho será formalizado o acordo de  
31 cooperação técnica entre o Governo do Estado e a Itaipu Binacional para implementar o  
32 programa Cultivando Água Boa em Mato Grosso, destacando que serão sete secretarias  
33 envolvidas na aplicação desta metodologia e que serão definidas pelo grupo as bacias  
34 prioritárias em que será implementado o programa. Dando continuidade, passou a palavra



35 à Secretaria do CEHIDRO que informou aos conselheiros que a ANA encaminhou um  
36 Ofício à Secretaria Executiva informando que estão abertas as inscrições de projetos de  
37 estações de tratamento de esgoto sanitário para concorrerem a um contrato do Programa  
38 Despoluição de Bacias Hidrográficas - PRODES, da ANA, ponderando que ira  
39 encaminhar o ofício por email para conhecimento e divulgação. O Secretário Executivo  
40 informou aos conselheiros que no dia 24 de junho foi dada a primeira posse aos membros  
41 do CBH Alto Teles Pires MD, estando portanto já instituído e em funcionamento e na  
42 próxima reunião do mesmo será realizada a eleição da primeira diretoria. Colocou ainda  
43 que no dia 23 de julho esta agendada uma reunião extraordinária do CBH Baixo Teles  
44 Pires, para eleição de uma nova diretoria. A conselheira Alessandra Panizi solicitou que  
45 fosse encaminhada uma atualização das situações de todos os comitês, contendo os  
46 nomes da diretoria e dos membros, bem como os setores que estes representam, para  
47 que os conselheiros possam entrar em contato com eles quando necessário, o que o  
48 Secretário Executivo se comprometeu a encaminhar e atualizar o site. Passando ao  
49 próximo item da pauta o Secretário Executivo colocou aos conselheiros que o Fórum  
50 Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas - FONASC encaminhou  
51 à Presidente do CEHIDRO e à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL  
52 do CNRH um ofício questionando a indicação por parte do CEHIDRO da Sra. Leonice de  
53 Souza Lotufo e da Sra Susan Lannes como representantes de usuário de pesca, turismo  
54 e lazer, na figura do Sindicato de Guias de Turismo de Mato Grosso - SINGTUR, e da  
55 sociedade civil, na figura da ABES, respectivamente, no Grupo de Acompanhamento da  
56 Elaboração do Plano de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai - GAP.  
57 Ponderou que não é a primeira vez que a Sra. Debora Calheiros, autora do ofício,  
58 questiona as indicações do CEHIDRO, tendo colocado anteriormente que a eleição do  
59 CEHIDRO havia sido manipulada pelo Secretário Executivo, que a mesma considerava  
60 ser presidente do Conselho, porém ao ser esclarecida sobre o processos eleitoral mudou  
61 o foco de ataque para as Sra. Leonice e Susan, colocando que por serem funcionárias da  
62 SEMA não poderiam representar outras entidades no GAP. Destacou que é um acinte ao  
63 CEHIDRO este questionamento das decisões e que este tema somente foi trazido para  
64 deliberação por ter sido formalizada na forma de ofício e encaminhada ao CNRH, o que  
65 afeta a credibilidade do CEHIDRO. Colocou que a Secretaria Executiva sugere que seja  
66 feita uma moção de repúdio às colocações e que o mesmo seja encaminhado ao CNRH,  
67 ao GAP e distribuído aos demais órgãos afins para conhecimento. A conselheira Leonice  
68 Lotufo colocou que foi acusada de falsidade ideológica pela sra. Debora Calheiros em um



69 dos emails que a mesma encaminhou, destacando que é crime e que atinge sua  
70 reputação diretamente na área em que atua, onde tem uma idoneidade a ser protegida, e  
71 solicitou o apoio do CEHIDRO para conseguir o email onde é feita esta acusação, pois  
72 não teve acesso ao mesmo, para que possa entrar com uma ação judicial contra o  
73 acusador. O conselheiro Décio Siebert colocou que a Sra. Débora Calheiros disse uma  
74 série de coisas atribuindo à sua pessoa, o que não é verdade, e destacou que o  
75 CEHIDRO tem que se manifestar, corroborando as indicações, ponderando que não sabe  
76 se a forma ideal é através de uma moção de repúdio ou outro documento. A conselheira  
77 Fátima Iocca colocou que no texto não fica claro se ela esta questionando o conselho ou  
78 a indicação, ponderando que as duas coisas podem ser feitas, tanto uma manifestação  
79 apoiando a indicação quanto a ação judicial contra as difamações, destacando que atinge  
80 a idoneidade do Conselho e a pessoa deve ser responsabilizada. A Secretaria do  
81 CEHIDRO colocou que este questionamento, mesmo que não claro no ofício foi levantado  
82 diversas vezes via email, e tem repercussão em futuras indicações de conselheiros,  
83 limitando as indicações das entidades a pessoas que não façam parte do quadro de  
84 funcionários da SEMA, o que contraria a livre indicação, uma vez que a entidade tem o  
85 direito de indicar quem entenda que seja o melhor representante do seu ponto de vista,  
86 independente da sua atuação profissional ou não em algum órgão. A Secretaria do  
87 CEHIDRO sugeriu que fosse feita uma resolução com os nomes dos indicados, como  
88 forma de confirmar e referendar a indicação feita, e uma moção de repúdio ao  
89 questionamento, para afirmar a livre nomeação das entidades e defender a idoneidade do  
90 CEHIDRO, o que foi aprovado. O Secretário Executivo destacou que a SINGTUR fez sua  
91 indicação após a 50ª Reunião ordinária do CEHIDRO, onde foram feitas as indicações,  
92 ponderando que na mesma a vaga de usuário do setor de pesca turismo e lazer ficou  
93 vaga devido à não existir uma entidade deste setor dentre os membros do Conselho,  
94 porem como foi a única a se manifestar para preencher esta vaga e para não ficarmos  
95 com uma representação a menos, a Secretaria Executiva encaminhou a indicação ao  
96 GAP. Colocou em votação a indicação da SINGTUR como representante de usuário do  
97 setor de pesca, turismo e lazer no Grupo de Acompanhamento da Elaboração do Plano  
98 de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica do Paraguai - GAP, o que foi aprovado  
99 pelos presentes, questionando aos conselheiros se algum se opõe a indicação da Sra.  
100 Leonice Lotufo como representante da SINGTUR, ninguém se manifestando foi aprovada  
101 a indicação, ficando acordado que seria elaborada a resolução com os nomes dos  
102 indicados e após a publicação encaminhada aos órgãos interessados. A Secretaria do



103 CEHIDRO passou a leitura da minuta de moção de repúdio, ao que conselheira Sara  
104 Caporossi solicitou que se incluísse que a Sra. Susan Lannes, além de conselheira  
105 suplente pela ABES no CEHIDRO, também integra outras entidades como AESA/MT e  
106 GREA/MT, destacando que antes de ser membro de qualquer entidade ou conselho a  
107 mesma é técnica, formada em engenharia sanitária e com plena e reconhecida  
108 competência para defender a ABES. Foi colocada em votação a minuta de Moção de  
109 Repúdio nº 17, a qual foi aprovada por unanimidade pelos presentes. O Secretário  
110 Executivo passou então ao próximo item da pauta, colocando em apreciação a alteração  
111 da Minuta de Alteração da Lei 6.945/97. A Secretaria do CEHIDRO colocou aos presentes  
112 que esta alteração tinha o objetivo de incluir as atribuições da Lei de Segurança de  
113 barragens entre as competências do CEHIDRO e do órgão gestor, ponderando que nas  
114 alterações foram aprovadas na CIntegração e foram alterados somente os artigos 28 e  
115 32. A conselheira Alessandra Panizi questionou o Inciso V do Art. 18, que trata dos  
116 objetivos da cobrança, ponderando que não lembra como foi feita a inclusão do mesmo. A  
117 conselheira Sara Caporossi sugeriu que fosse marcada uma reunião extraordinária para  
118 apreciar novamente a Minuta de Alteração, ao que o conselheiro Décio Siebert colocou  
119 que se preocupa que seja tudo verificado novamente e alterado e assim não se dar  
120 andamento. O Secretário Executivo ponderou que avaliar novamente seria interessante  
121 visto que a mesma foi discutida há um certo tempo e que isto pode levar a melhorias na  
122 mesma, e sugeriu que a extraordinária fosse no dia 07 de agosto de 2015, sexta-feira, às  
123 09h, o que foi aprovado pelos presentes. A Secretaria do CEHIDRO colocou que a  
124 primeira análise da Minuta ocorreu durante várias reuniões e é importante que haja um  
125 compromisso de todos já trazerem os pontos de discussão na reunião extraordinária, para  
126 que se de celeridade ao processo e possamos finalizar a análise nesta reunião. A  
127 conselheira Alessandra Panizi solicitou que fossem mandadas as atas das reuniões  
128 anteriores onde se apreciou a minuta de lei, com as partes que tratam do tema  
129 destacadas, para facilitar a apreciação, e a Secretaria do CEHIDRO se comprometeu a  
130 enviá-las. O Secretário Executivo passou ao último item da pauta, passando a Pauta ao  
131 Sr. Marcelo Cardoso para que fizesse a apresentação do cronograma de ações da CAB  
132 Cuiabá para o atendimento do contrato firmado junto a Prefeitura de Cuiabá. O Sr.  
133 Marcelo Cardoso agradeceu o espaço e destacou que iria apresentar a concepção do  
134 plano de esgotamento sanitário para a cidade de Cuiabá concebido pela CAB, colocando  
135 aos presentes que para o mesmo foi feita uma readequação das bacias de esgotamento  
136 previstas no Plano Municipal, as quais passaram de cinco para seis bacias, de forma a



137 facilitar a gestão. Apresentou as bacias e as estações de tratamento de esgoto - ETE de  
138 cada bacia, ponderando que para o atendimento as bacias foram divididas em sub-bacias  
139 respeitando o calçamento das águas e a ampliação da rede se dar de jussante par montante,  
140 e apresentou a sequência de implantação do atendimento, que se divide em oito etapas.  
141 Colocou que as ETEs já existentes deverão sofrer adequações para atender a demanda,  
142 apresentando a capacidade que cada ETE terá ao final dos trinta anos de concessão. A  
143 Sra. Eliana Rondon ponderou que a ETE Molinho já possui fisicamente a capacidade que  
144 terá no final da concessão, sendo necessária a modernização do sistema de tratamento  
145 para que realmente atinja essa capacidade. O Sr. Marcelo Cardoso colocou que foi  
146 necessária uma reabilitação das ETEs já existentes, para que as mesmas atendessem as  
147 demandas atuais e se pudesse pensar em ampliá-las. O conselheiro Eduardo Oliveira  
148 questionou qual é o prazo para cada etapa de expansão, ao que o Sr. Marcelo Cardoso  
149 respondeu que depende da aprovação da agência reguladora e do poder concedente,  
150 ponderando que existem várias situações que impactam este prazo, destacando ainda que  
151 este é o ano da revisão do Plano Municipal e estes prazos deverão ser discutidos. A  
152 conselheira Sara Caporossi questionou o lançamento de limpa fossas estar ocorrendo na  
153 ETE Tijucal e na ETE Dom Aquino, se este lançamento está previsto na expansão e  
154 destacando que gostaria de saber o cronograma das obras, não somente a concepção do  
155 sistema. A conselheira Luciana Barreto colocou que o lançamento de limpa fossas  
156 somente esta ocorrendo na ETE Tijucal. O Conselheiro Rafael Pedrollo colocou que esta  
157 previsto para que em 2022 se tenha a universalização da coleta e tratamento do esgoto,  
158 ponderando que cada etapa teria que ser realizada em menos de um ano, ao que o Sr.  
159 Marcelo Cardoso respondeu que isto está previsto, ponderando que apresentaram  
160 somente um resumo do plano. A conselheira Fátima Locca colocou que a apresentação foi  
161 bem básica e que são necessários mais dados. A Sra. Eliana Rondon colocou que  
162 estamos pagando por um erro do passado de ter um plano e contratos mal elaborados, e  
163 destacou que de acordo com as resoluções de classificação transitória aprovadas pelo  
164 CEHIDRO a CAB não tem obrigação de melhorar o seu sistema, e desta forma não se  
165 tem a melhoria contínua no corpo hídrico e nem perspectiva de melhoria, ponderando que  
166 é necessário se ponderar o impacto de todas as ações para se ter uma ideia geral do  
167 quadro. O Sr. Marcelo Cardoso colocou que não entenderam que o CEHIDRO quer um  
168 detalhamento, ao que a Sra. Eliana Rondon colocou que o acordado é que a  
169 apresentação seria detalhada com cronogramas e metas a serem atendidas para cumprir  
170 o contrato. O Sr. Marcelo Cardoso colocou que a apresentação pode ser feita mas seria



171 necessária a participação da ARSEC e do Poder Público. A Secretaria do CEHIDRO  
172 colocou que no ofício se pediu uma apresentação detalhada das ações para a  
173 implementação do contrato com a Prefeitura de Cuiabá, destacando ainda que a  
174 conselheira Luciana Barreto, que é a representante da CAB no CEHIDRO, estava  
175 presente na reunião e tinha pleno conhecimento da solicitação feita pelos conselheiros. A  
176 conselheira Alessandra Panizi colocou que esta mesma apresentação foi feita há mais de  
177 um ano aqui, destacando que o que o Conselho quer saber são dados mais consistentes,  
178 como quilômetros de coleta construídos, quais obras de melhoria foram feitas na ETE,  
179 este tipo de informação. O conselheiro Eduardo Oliveira colocou que a intenção era  
180 especificar o que esta sendo feito, qual a previsão de início e término de cada obra e qual  
181 esta sendo o investimento da CAB, ponderando que quando se assume um concessão  
182 pública se assume um serviço dinâmico e precisa se atender ao crescimento da cidade. O  
183 Sr. Marcelo Cardoso colocou que as vezes aparecem outros interesses e isto impacta por  
184 ir contra a lógica de expansão concebida. O conselheiro José Roberto colocou que a CAB  
185 deve satisfação à toda sociedade, mas principalmente à agência reguladora, ponderando  
186 que o entendimento do Conselho é mais voltado ao tratamento para ver o que impactará  
187 no enquadramento, pois afeta diretamente a qualidade dos nossos rios. A conselheira  
188 Telma Monteiro solicitou que a nova agência reguladora seja convidada para apresentar o  
189 cronograma físico, que é o relatório de resultados do contrato com a CAB, destacando  
190 que o CEHIDRO é um órgão de controle ambiental e tem competência para fazer esta  
191 cobrança. Propôs ainda que o CEHIDRO organize uma oficina com a participação da  
192 agência reguladora, da prefeitura de Cuiabá e da CAB de forma a que os conselheiros  
193 possam se apropriar e contribuir com esta discussão. O Sr. Marcelo Cardoso sugeriu que  
194 nesta oficina primeiramente fosse apresentado o contrato de concessão, pois o  
195 conhecimento do mesmo é importante para o rumo da discussão posterior. O conselheiro  
196 Rafael Pedrollo colocou que o plano diretor e o plano de esgotamento sanitário dizem o  
197 que a população deseja, pois foram feitas audiências públicas durante a elaboração dos  
198 mesmos colocando que estão acontecendo as audiências públicas da Lei de uso e  
199 ocupação do solo em Cuiabá, onde estão sendo inseridas as áreas de segurança hídrica,  
200 e questionou se a CAB esta fazendo parte destas discussões e se condizem com o  
201 planejamento feito da CAB, o Sr. Marcelo Cardoso respondendo afirmativamente às duas  
202 questões. O conselheiro Rafael Pedrollo questionou como estão os tratamentos dos  
203 residenciais fechados, ao que o Sr. Marcelo Cardoso respondeu que existem várias  
204 situações, desde casos em que a CAB não recebeu as estações por ter alguma



205 pendência até casos onde o próprio condomínio preferiu operar estas estações. O  
206 conselheiro Rafael Pedrollo colocou que não tem conseguido agendar visita dos seus  
207 alunos para conhecer as estações de tratamento de esgoto e os alunos da Engenharia  
208 Sanitária e Ambiental e da Engenharia Civil da UFMG estão formando sem terem acesso  
209 a obras e às estações de tratamento de água e esgoto por falta de abertura da empresa,  
210 e que isso pode ser um risco para a qualidade das cidades que dependerão desses  
211 engenheiros, ao que o Sr. Marcelo Cardoso respondeu que temporariamente as unidades  
212 da CAB não estão permitindo visitas devido a questões de segurança, porém assim que  
213 as mesmas foram solucionadas será normalizada a visita. A conselheira Sara  
214 Caporossi colocou que em fevereiro informou que a CAB não estava cumprindo com a  
215 obrigação de apresentar o monitoramento, destacando que esta apresentação não é um  
216 favor, e que não apresentar o monitoramento é uma forma de desprezar este Conselho o  
217 qual endossa o que a SEMA deve fazer em relação à outorga, ponderando ainda que o  
218 plano apresentado à agência possui todas as informações que os conselheiros  
219 solicitaram, sendo possível à CAB atender esta solicitação. Colocou ainda que a CAB  
220 esta convocando os empreendedores para custear os emissários de esgoto até a ETE  
221 ou até algum ponto determinado, repassando este custo ao empreendedor. O Sr. Marcelo  
222 Cardoso respondeu que em relação ao monitoramento a CAB reporta as informações à  
223 SEMA. A Secretária do CEHIDRO explicou que a CAB tem a obrigação de fazer análise  
224 da água dos pontos de monitoramento após a emissão da outorga, de acordo com as  
225 resoluções de classificação transitória, nº 68 a 72, porém a responsabilidade de  
226 apresentar ao CEHIDRO os dados é da SEMA, o que foi feito na reunião de fevereiro,  
227 porém como não tinha sido ainda emitida nenhuma outorga com base na resolução a  
228 própria SEMA fez as coletas e análises para apresentar os dados ao Conselho. O Sr.  
229 Marcelo Cardoso colocou que no caso dos emissários o empreendedor esta sendo  
230 chamado para assumir os custos quando seu empreendimento está fora do cronograma  
231 de implantação e se caracterizar por ser um empreendimento de interesse pessoal e não  
232 de interesse público. A conselheira Luciana Barreto colocou que as resoluções de  
233 enquadramento não tratam somente da CAB, existem vários lançamentos em galerias  
234 informais que também impactam e o CEHIDRO não está tratando disso. O Secretário  
235 Executivo colocou que esta certa esta solicitação do Conselho pois o mesmo endossou a  
236 classificação transitória através das resoluções, colocando para a conselheira Luciana  
237 Calçada que devemos trazer esta demanda para o Conselho. A Sra. Eliana Rondon  
238 colocou que quem faz o plano é a prefeitura e a prestadora tem de cumprir, a CAB pode

239 propor uma mudança mas que faz a mesma no plano é a prefeitura, destacando que a

240 concessão tem que fazer um plano de investimentos para atender ao plano municipal

241 e apresentar à agência reguladora, o que não foi feito. O Secretário executivo agradeceu

242 a apresentação do Sr. Marcelo Cardoso e colocou que a Secretaria Executiva passará a

243 fazer uma avaliação das apresentações solicitadas para verificar se as mesmas atendem

244 à demanda do Conselho. O Secretário Executivo abriu espaço para os assuntos gerais,

245 ao que a conselheira Telma Monteiro colocou que a Conferência de Saúde de Cuiabá

246 esta ocorrendo nos dias 09 e 10 de julho no Hotel Mato Grosso. A conselheira Sara

247 Caporossi informou que a audiência sobre a lei de uso e ocupação do solo de Cuiabá

248 estão ocorrerá dia 09 julho as 18h na FIEMT. Nada mais havendo a declarar o Secretário

249 Executivo encerrou a reunião às 11h 56min e eu, Sibelle Christine Glaser Jakobi, lavei

250 esta ATA que será assinada pelo Presidente e pelo Secretário Executivo do Conselho

251 Estadual de Recursos Hídricos - CEHIDRO.

252

253

254 **ANA LUIZA AVILA PETERLINI DE SOUZA**

255 Presidente do CEHIDRO

256

257

258 **NÉDIO CARLOS PINHEIRO**

259 Secretário Executivo do CEHIDRO